

MESTRADO EM
CONTABILIDADE, FISCALIDADE E FINANÇAS
EMPRESARIAS

TRABALHO FINAL DE MESTRADO
DISSERTAÇÃO

LOBBY NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE AUDITORIA: O
CASO DA NORMA INTERNACIONAL DE GARANTIA DA
SUSTENTABILIDADE (ISSA 5000)

VERA LÚCIA MARQUES FERNANDES DA SILVA PEREIRA

JULHO - 2025

MESTRADO EM
CONTABILIDADE, FISCALIDADE E FINANÇAS
EMPRESARIAS

TRABALHO FINAL DE MESTRADO
DISSERTAÇÃO

LOBBY NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE AUDITORIA: O
CASO DA NORMA INTERNACIONAL DE GARANTIA DA
SUSTENTABILIDADE (ISSA 5000)

VERA LÚCIA MARQUES FERNANDES DA SILVA PEREIRA

ORIENTAÇÃO:

PROFESSORA DOUTORA ANA ISABEL ABRANCHES PEREIRA DE
CARVALHO MORAIS

JULHO - 2025

Resumo

A *International Standard on Sustainability Assurance (ISSA) 5000* é a norma que estabelece os requisitos gerais para trabalhos de garantia de sustentabilidade. Esta norma foi criada, principalmente, devido à necessidade, por parte dos *stakeholders*, de terem um referencial que abordasse os desafios e oportunidades existentes na garantia de informações sobre sustentabilidade.

Posto isto, o *International Auditing and Assurance Standards Board (IAASB)* publicou o *Exposure Draft (ED)* que continha 27 questões sobre diversos temas. O IAASB recebeu no total 143 *comment letters (CL)* com o *feedback* dos *stakeholders* participantes.

Para este estudo foram selecionadas três questões, da totalidade das *comment letters* recebidas, relativas à materialidade. Ao longo deste trabalho foi realizada uma análise em que o principal objetivo foi identificar as perspectivas dos inquiridos.

Com base nos dados recolhidos, observei a relação entre o número de *comment letters* recebidas e o continente de origem, bem como o tipo de *stakeholder* que respondeu.

De seguida, foi realizado um teste para apurar a relação entre as respostas dos diferentes tipos de *stakeholders* e os tipos de argumentos utilizados para justificar as suas respostas. Para tal, foi elaborado um teste qui-quadrado para verificar se a distribuição das respostas varia de forma estatisticamente significativa entre os grupos.

Os principais resultados sugerem que o grupo que mais enviou *comment letters* foi o dos Reguladores, que contribuíram com cerca de 59% das respostas. O presente estudo revela ainda que cerca de 33% das respostas foram provenientes da Europa.

Concluiu-se que a generalidade dos *stakeholders* concordam com os diferentes tipos de abordagens tidos no ED-5000, no que diz respeito à materialidade e, estes, optam por conjugar argumentos concetuais e autorreferenciais/consequenciais para justificar as suas opiniões.

Palavras-chave: *Comment letters*, ISSA 5000, Materialidade, Continente, *Stakeholder*, Argumentos

Abstract

The International Standard on Sustainability Assurance (ISSA) 5000 establishes the general requirements for sustainability assurance engagements. This standard was developed primarily in response to the need expressed by stakeholders for a framework that addresses the challenges and opportunities involved in the assurance of sustainability information.

Accordingly, the International Auditing and Assurance Standards Board (IAASB) issued an Exposure Draft (ED) that included 27 questions covering a range of topics. In total, the IAASB received 143 comment letters (CLs) containing feedback from participating stakeholders.

For this study, three questions related to materiality were selected from the total comment letters received. The analysis aimed to identify the perspectives of the respondents.

Based on the collected data, the relationship between the number of comment letters received and the continent of origin, as well as the type of stakeholder that responded, was observed.

Next, a chi-square test was conducted to examine whether the distribution of responses varied significantly among different stakeholder groups and the types of arguments used to justify their answers.

The main findings suggest that Regulators were the most active group, contributing approximately 59% of the responses. The study also reveals that about 33% of the responses originated from Europe.

It was concluded that the majority of stakeholders agree with the various materiality approaches presented in ED-5000 and tend to justify their opinions using a combination of conceptual and self-referential/consequential arguments.

Keywords: Comment letters, ISSA 5000, Materiality, Continent, Stakeholder, Arguments

Agradecimentos

Em primeiro lugar gostaria de agradecer por todo o apoio demonstrado pelos meus pais, Teresa Margarida e Paulo, ao longo do meu percurso académico. Desde cedo que me transmitiram a importância de demonstrar responsabilidade e dedicação em tudo o que faço, sem dúvida que foram os meus pilares e que me ensinaram a ser resiliente e a acreditar em mim.

À minha irmã Sofia e sobrinha Melody pela motivação que me deram durante todo este ano. Da restante família, destaco o carinho e inspiração manifestados pela minha prima Laura, avó Lourdes, tia Xana e cunhado Rui.

Ao meu namorado Ivo por toda a paciência, companhia e força transmitidos nos momentos mais complicados.

Destaco o importante papel da minha orientadora, Professora Doutora Ana Isabel Morais, que através do seu conhecimento e espírito crítico me permitiu chegar ao objetivo final desta dissertação. Agradeço ainda a sua disponibilidade e preocupação contínua.

Aos meus colegas e amigos que me incentivaram a continuar e demonstraram a sua compreensão e disponibilidade.

Muito obrigada por terem feito parte deste capítulo tão importante para mim.

Índice

Resumo	I
Abstract	II
Agradecimentos	III
Índice de Tabelas	V
Índice de Anexos	VII
Lista de Abreviaturas	VIII
1. Introdução	1
2. Revisão da literatura	4
2.1 Formas de fazer <i>lobby</i>	4
2.2 Comment letters	4
2.2.1 Tipos de <i>stakeholders</i> e momento da participação	4
2.2.2 Razões que levam ao aumento do <i>lobby</i>	5
2.2.3 Influência na redação final da norma e principais argumentos utilizados	8
3. Metodologia e dados	14
4. Análise de Resultados	15
5. Conclusão	26
6. Referências Bibliográficas	28
7. Anexos	34

Índice de Tabelas

Tabela I: Classificação por tipo de <i>stakeholder</i> e continente de origem	16
Tabela II: Posição dos grupos de interesse à primeira questão	17
Tabela III: Probabilidade de Pearson χ^2 (Tabela II)	17
Tabela IV: Tipos de argumentos utilizados ao concordar com a primeira questão	18
Tabela V: Probabilidade de Pearson χ^2 (Tabela IV)	18
Tabela VI: Tipos de argumentos utilizados ao discordar da primeira questão	19
Tabela VII: Probabilidade de Pearson χ^2 (Tabela VI)	19
Tabela VIII: Tipos de argumentos utilizados ao não concordar nem discordar da primeira questão	20
Tabela IX: Probabilidade de Pearson χ^2 (Tabela VIII)	20
Tabela X: Posição dos grupos de interesse à segunda questão	20
Tabela XI: Probabilidade de Pearson χ^2 (Tabela X)	20
Tabela XII: Tipos de argumentos utilizados ao concordar com a segunda questão	21
Tabela XIII: Probabilidade de Pearson χ^2 (Tabela XII)	21
Tabela XIV: Tipos de argumentos utilizados ao discordar da segunda questão	22
Tabela XV: Probabilidade de Pearson χ^2 (Tabela XIV)	22
Tabela XVI: Tipos de argumentos utilizados ao não concordar nem discordar da segunda questão	22
Tabela XVII: Posição dos grupos de interesse à terceira questão	23
Tabela XVIII: Probabilidade de Pearson χ^2 (Tabela XVII)	23
Tabela XIX: Tipos de argumentos utilizados ao concordar com a terceira questão	24
Tabela XX: Probabilidade de Pearson χ^2 (Tabela XVII)	24
Tabela XXI: Tipos de argumentos utilizados ao discordar da terceira questão	25
Tabela XXII: Probabilidade de Pearson χ^2 (Tabela XXI)	25

Tabela XXIII: Tipos de argumentos utilizados ao não concordar nem discordar da terceira questão	25
---	----

Índice de Anexos

Anexo A - Exemplo de resposta afirmativa à primeira questão submetida pela Mazars	34
Anexo B - Exemplo de resposta afirmativa à primeira questão submetida pela Philip Morris International Inc.	36
Anexo C - Exemplo de resposta negativa à primeira questão submetida pelo Irish Auditing and Accounting Supervisory Authority	36
Anexo D - Exemplo de resposta negativa à primeira questão submetida pelo Royal Netherlands Institute of Chartered Accountants	38
Anexo E - Exemplo de resposta afirmativa à segunda questão submetida pela European Federation of Accountants and Auditors for Small and Medium-sized Enterprise	39
Anexo F - Exemplo de resposta afirmativa à segunda questão submetida pelo Certified Practising Accountant Australia	39
Anexo G - Exemplo de resposta negativa à segunda questão submetida pelo Korean Institute of Certified Public Accountants	39
Anexo H - Exemplo de resposta negativa à segunda questão submetida pelo Institute of Chartered Accountants of Scotland	40
Anexo I - Exemplo de resposta afirmativa à terceira questão submetida pela Ernst & Young	41
Anexo J - Exemplo de resposta afirmativa à terceira questão submetida pelo Consiglio Nazionale dei Dottori Commercialisti e degli Esperti Contabili	41
Anexo K - Exemplo de resposta negativa à terceira questão submetida pela Grant Thornton International Ltd	42
Anexo L - Exemplo de resposta negativa à terceira questão submetida pela PricewaterhouseCoopers	44

Lista de Abreviaturas

CL - *Comment Letter*

DP - *Discussion Paper*

ED - *Exposure Draft*

EU - *European Union*

EUA - Estados Unidos da América

FASB - *Financial Accounting Standards Board*

IAASB - *International Auditing and Assurance Standards Board*

IASB - *International Accounting Standards Board*

IASC - *International Accounting Standards Committee*

IFRS - *International Financial Reporting Standards*

ISSA - *International Standard on Sustainability Assurance*

PIB - Produto Interno Bruto

1. Introdução

O IAASB (*International Auditing and Assurance Standards Board*) é um órgão independente e internacional focado na emissão e implementação de normas internacionais de auditoria com o objetivo de produzir informações úteis para uma vasta gama de partes interessadas.

O processo de desenvolvimento das normas publicadas por este órgão inclui o estudo das percepções das partes interessadas que podem participar ativamente neste processo enviando uma *comment letter* (CL) em resposta a um *discussion paper* (DP) ou a um *exposure draft* (ED) aberto para consulta pública (Jorissen et al., 2012), em que são solicitadas respostas a perguntas propostas pelo organismo que deverão impactar a norma final.

Assim sendo, é dada a possibilidade às partes interessadas de exercerem influência no processo de definição de normas internacionais durante vários estágios (Matos et al., 2018).

Deste modo, os *stakeholders* conseguem transmitir as suas opiniões sobre a proposta da nova norma e quais as suas preocupações e sugestões, tendo assim as *comment letters* um papel crucial na consulta pública (Haapamäki & Mäki 2023).

Esta prática do *International Accounting Standards Board* (IASB), para além de trazer legitimidade à organização e ao processo em si de participação nas normas, é um método que ajuda na obtenção de sucesso (Rey et al., 2020).

Esta ideia é reforçada por Aversano et al. (2020), que defendem que a legitimidade ganha com o *lobby* é a razão principal para que continuem a incentivar à participação das partes interessadas. Para além disso, o *lobby* traz outro tipo de vantagens, sendo estas a utilidade da informação dada, que pode levar o órgão regulador a ponderar sobre potenciais problemas de implementação ou custos associados, bem como potenciais conflitos de interesses entre *stakeholders*.

Ainda numa ótica dos benefícios que o *lobbying* pode trazer, este estudo argumenta que permitir a participação ativa dos interessados na criação das normas contabilísticas pode tornar o processo mais eficiente e reduzir problemas na adoção das regras no futuro (Orens et al., 2011).

O IAASB criou a ISSA 5000, visto que a garantia de fiabilidade externa é uma componente fundamental no aumento da confiança nos relatórios financeiros e não

financeiros. O ED-5000 define o trabalho de auditoria como a procura de evidências adequadas e suficientes para expressar uma conclusão projetada para aumentar o grau de confiança dos grupos de interesse sobre as informações de sustentabilidade.

Este trabalho de auditoria divide-se em:

- (i) razoável, quando o profissional reduz o risco do trabalho a um nível razoavelmente reduzido e a conclusão do profissional é expressa de forma positiva ao transmitir a sua opinião sobre o resultado da mensuração ou avaliação, incluindo a apresentação e a divulgação das questões de sustentabilidade em relação aos critérios aplicáveis.
- (ii) limitado, quando o profissional reduz o risco do trabalho a um nível aceitável, mas maior do que para um trabalho de auditoria razoável e a conclusão do profissional é expressa de forma negativa ao transmitir que com base nos procedimentos realizados e nas evidências obtidas, nenhum assunto chegou ao conhecimento do profissional ao ponto de o levar a acreditar que as informações de sustentabilidade estão materialmente distorcidas.

O objetivo desta dissertação prende-se com a análise das *comment letters*, de forma a ser possível identificar as perspetivas dos inquiridos, sendo que para isto foram selecionadas três questões, da totalidade das *comment letters* recebidas, relativas à materialidade, uma vez que se abordam um tópico essencial para o relatório de sustentabilidade.

Com base nos dados recolhidos foi estudada a relação entre o número de *comment letters* recebidas e o continente de origem, bem como o tipo de *stakeholder* que respondeu e, com recurso a um programa estatístico, foi ainda realizado um teste para apurar a relação entre as respostas dos diferentes tipos de *stakeholders* e os tipos de argumentos utilizados para justificar as suas respostas.

Os resultados obtidos no presente estudo revelam que contrariamente a autores como Kulik & Dobler (2023) e Larson et al. (2022), os Reguladores foram os *stakeholders* que mais enviaram *comment letters*, representando mais de metade das respostas, cerca de 59%.

Por outro lado, os resultados obtidos vão ao encontro de estudos anteriormente realizados por Kulik & Doble, em que se concluiu que países pertencentes à Europa e

América tendem a participar mais no processo de desenvolvimento das normas. Desta forma, as respostas obtidas provenientes destes continentes totalizam cerca de 50% das *comment letters* recebidas, 33% e 17%, respetivamente.

Concluiu-se que a generalidade dos *stakeholders* concordam com os diferentes tipos de abordagens tidos no ED-5000, no que diz respeito à materialidade. No que se refere aos argumentos utilizados para justificar as opiniões, os resultados alcançados encontram-se em conformidade com autores como Gros & Worret (2016) e Haapamäki (2022), sendo que os grupos de interesse optaram pela combinação de argumentos mais ligados com a sua própria realidade e princípios teóricos e conceitos fundamentais da contabilidade.

Assim, esta dissertação contribui para a literatura existente acerca do tipo de *stakeholder* e continente que mais participam no processo de criação de normas por parte do IAASB. Para além disso, contempla as perspetivas dos participantes quanto às questões referentes à materialidade, assunto que é particularmente relevante no relato da sustentabilidade, e quais os argumentos mais utilizados.

A escolha pelo tópico da materialidade está principalmente ligada à sua importância no relato de sustentabilidade, dado que é crucial para alinhar estratégia e sustentabilidade, no entanto, Calabrese et al. (2019) consideram que são necessários métodos estruturados, participativos e consistentes para ser realmente eficaz e transparente.

Beske et al. (2020) concluem que, embora a análise de materialidade seja reconhecida como uma parte essencial do relato de sustentabilidade, na prática o seu relato carece de descrições detalhadas dos processos subjacentes, o que sugere que é usada principalmente como instrumento de legitimação. Da mesma forma, para que os relatórios de sustentabilidade sejam úteis, claros e credíveis, a empresa deve fazer uma análise de materialidade bem estruturada, alinhando o que reporta com os seus objetivos e estratégia real (Padilla-Garrido et al., 2024).

O presente trabalho está organizado por quatro secções. Inicia pela revisão da literatura sobre estudos baseados na análise de *comment letters* e onde são apresentadas as hipóteses de estudo. De seguida, na segunda secção, é apresentada a metodologia e dados utilizados. Na terceira secção é feita a análise dos resultados e, por fim, na última secção é feita a conclusão deste trabalho, assim como alguns contributos e limitações desta dissertação e possíveis análises futuras.

2. Revisão da literatura

2.1 Formas de fazer *lobby*

Para Reuter & Messner (2015) o método mais usual de *lobbying* é a submissão de *Comments Letters* às propostas publicadas, quando existe incentivo à participação no processo de criação ou alteração de normas, sendo este processo público e internacional.

Ao estudar os métodos diretos (*comment letters*) e indiretos (*lobby* por terceiros como organizações comerciais ou outras que representam os interesses das empresas) de *lobbying*, Georgiou (2004) concluiu também que os métodos diretos são geralmente mais eficazes e, portanto, mais adotados pelas empresas.

No entanto, as conclusões do estudo feito por Georgiou (2010) vieram contrariar esta ideia, ao afirmar que os utilizadores das demonstrações financeiras preferem o *lobbying* indireto, através de organizações representativas, ao invés de enviar cartas diretamente ao IASB. Os principais motivos encontrados para preferirem o *lobbying* indireto dizem respeito ao custo do *lobbying* e a confiança de que outras entidades representariam os seus interesses.

O estudo mais recente realizado por Gäumann & Dobler (2024), está em desacordo com o estudo suprarreferido, dado que conclui que a participação indireta é bastante limitada e é mais usada apenas para complementar a participação direta.

2.2 Comment letters

2.2.1 Tipos de *stakeholders* e momento da participação

Jorissen et al. (2012) consideram que os *stakeholders* participam no processo de definição de normas contabilísticas em momentos distintos. Contabilistas, reguladores, utilizadores das informações financeiras e académicos tendem a envolver-se mais cedo, durante a fase de discussão inicial, ao contrário dos preparadores das demonstrações financeiras que se envolvem mais nas etapas posteriores, quando o rascunho da norma já está mais desenvolvido.

Adicionalmente, Larson et al. (2022) afirmam que os preparadores de demonstrações financeiras enviaram mais *comment letters* do que os utilizadores e intensificaram seu *lobby* durante o "*Active Consideration Period*". Para além disso, concluem em conformidade com os autores suprarreferidos, sendo que não encontraram suporte para concluir que mais CL's seriam enviadas mais cedo no

processo de definição das normas, uma vez que os *stakeholders* enviaram CL's em várias fases.

O mesmo já tinha sido referido por autores como Georgiou (2004), uma vez que consideram que as empresas não se concentram mais na parte inicial de *lobby* do que nas restantes, dado que consideram que influenciar mais tarde será igualmente eficaz.

Os resultados do estudo realizado por Cerqueira (2018) revelam que os preparadores são, de facto, o grupo que mais submete *comment letters*, com muitas empresas enviando mais de uma carta. Além disso, a pesquisa indica ainda que as empresas localizadas em países de língua inglesa, como os Estados Unidos da América (EUA), Reino Unido e Canadá, têm maior probabilidade de se envolver em atividades de *lobbying*, o que é consistente com estudos anteriores.

No âmbito da sustentabilidade, foi realizado um estudo às ED das normas *International Financial Reporting Standards* (IFRS) S1 e IFRS S2, sendo que os autores Kulik & Dobler (2023) concluíram que ao contrário das normas de contabilidade tradicionais do IASB, para estas normas de sustentabilidade ocorreu uma maior participação dos utilizadores das demonstrações financeiras, do que preparadores.

Assim, a primeira questão de investigação do estudo é:

Q1: A atividade de *lobby* está igualmente distribuída pelos diferentes tipos de *stakeholders*?

2.2.2 Razões que levam ao aumento do *lobby*

São amplamente estudadas as razões que levam ao aumento do *lobby* por parte dos *stakeholders*.

a) Impacto das propostas no contexto económico

De acordo com Jorissen et al. (2012) a reação dos participantes varia conforme o impacto das propostas.

Quando as mudanças podem afetar diretamente as demonstrações financeiras das empresas e, consequentemente, os seus resultados financeiros, os preparadores, contabilistas e os órgãos reguladores tendem a escrever mais *comment letters*.

Por outro lado, quando o foco está em questões de divulgação de informações, os utilizadores das demonstrações financeiras manifestam-se com mais frequência (Jorissen et al., 2012).

O mesmo é mencionado por Kosi & Reither (2014) que alegam que empresas diretamente afetadas têm mais tendência para fazer *lobby*.

Em conformidade com os estudos anteriormente referidos, Mellado & Parte (2017) preveem que empresas com interesses próprios sejam incentivadas a participar quando forem consideravelmente afetadas pelas potenciais consequências negativas de uma norma proposta.

No caso dos auditores, estes estão mais interessados em participar no processo da redação final da norma, através de *comment letters*, por participarem mais ativamente no processo de consulta em comparação com outros grupos de interesse, estando assim mais informados, bem como por serem dos mais impactados pelas mudanças (Gros & Worret 2016).

Stenka & Taylor (2010) reforçam a importância das regras contabilísticas propostas e as suas alterações, para o contexto económico específico dos *lobbyist*, sendo que influenciam a forma como eles atuam em relação ao *lobby*. Por isso, é provável que as empresas foquem os seus comentários em questões que afetem diretamente as suas operações e o seu contexto económico, sendo que para estes autores, do ponto de vista da maximização de utilidade, não faria sentido para uma empresa gastar recursos a comentar questões gerais que não têm impacto direto no seu negócio. Já entre os *lobbyist* não empresariais o cenário é diferente.

Enquanto as firmas estão envolvidas na prestação de serviços de contabilidade, auditoria e consultoria para vários setores, as associações lidam com uma grande variedade de temas e interesses contabilísticos. Assim sendo, é mais provável que esses *lobbyist* se concentrem em questões de aplicabilidade geral do conceito de controlo, pois esses temas são relevantes para a sua área de atuação e estão de acordo com os interesses das firmas de contabilidade e das suas organizações (Stenka & Taylor 2010).

b) Caracterização das empresas que respondem

Foi revelado que no caso das empresas que seguem as normas IFRS, a decisão de participar em atividades de *lobby* também está ligada às suas restrições financeiras. O *lobby* é mais comum em empresas maiores e mais lucrativas (Kosi & Reither 2014).

Em concordância com os autores anteriormente referidos, Mellado & Parte (2017) consideram que a intensidade do lobby está associada a características da empresa,

tais como a dimensão, lucratividade e antiguidade. Estas autoras afirmam que empresas mais antigas gastam menos recursos adicionais para participar em *comment letters*. Revelam também que as empresas mais poderosas em termos de dimensão e lucratividade fazem *lobby* com mais intensidade.

Não obstante, segundo o estudo realizado por Larson (1997) ao *lobby* feito ao *International Accounting Standards Committee* (IASC), as maiores empresas, com maiores rendimentos, resultados e ativos tendem a exercer mais *lobby* do que empresas pequenas. No entanto, o estudo mostra ainda que este não será o único e mais importante fator que leva a responder a mais *comment letters*, mas sim o facto de terem ou pretenderem vir a ter ações cotadas.

Mais recentemente, outro fator encontrado foi a experiência na participação da redação final da norma através de *comment letters*, visto que países que já tinham esta experiência tiveram uma participação mais elevada (Kulik & Dobler 2023).

c) Localização dos *stakeholders*

Por outro lado, segundo o estudo realizado por Barbosa (2023), o facto de um país pertencer à *European Union* (EU), o seu nível de desenvolvimento económico medido pelo produto interno bruto (PIB) per capita e pelo valor das exportações em percentagem do PIB, assim com a obrigatoriedade de aplicações de IFRS para algumas ou todas as empresas nacionais cotadas, não revelou ter influência na participação dos seus *stakeholders*.

Conclusão já constatada por Monteiro (2016), que afirma que a participação através de *comment letters* está mais relacionada com o impacto económico da mudança nas normas e menos com a pertença à EU. Além disso, ainda declara que preparadores mostraram resistência à proposta devido ao impacto nas suas demonstrações financeiras.

Contrariamente aos estudos referidos, no âmbito da sustentabilidade, foi concluído por Kulik & Doble que não existe qualquer ligação entre a dimensão da empresa e a quantidade de *comment letters* respondidas, uma vez que tanto empresas grandes quanto pequenas participaram em volumes parecidos. Por outro lado, o país de origem mostrou ter relevância, dado que os países mais ricos como os da Europa e da América do Norte participaram mais do que países com baixo desempenho económico.

Posto isto, a segunda questão de investigação de estudo prende-se com:

Q2: A atividade de *lobby* está igualmente distribuída pelos diferentes continentes?

2.2.3 Influência na redação final da norma e principais argumentos utilizados

a) Influência das *comment letters* na redação final da norma

Embora seja intuitivo pensar que *stakeholders* com mais recursos financeiros ou intelectuais teriam uma maior influência na redação final das normas, este estudo afirma que não existe uma relação direta entre esses fatores e a aceitação ou rejeição de propostas (De Freitas et al., 2024).

A respeito deste tema, Hansen (2011) esclarece que os principais fatores de influência são a qualidade das informações que conseguem fornecer, bem como com a credibilidade que possuem. O autor em causa acredita ainda que o sucesso do *lobby* está relacionado com o impacto que os *lobbyist* exercem na sustentabilidade do IASB, considerando fatores como as suas contribuições financeiras e o tamanho do mercado de capitais do país de origem. Por outro lado, afirma que essa relação não se mantém quando se analisam apenas os casos em que os *lobbyist* se opõem às propostas do IASB.

Outros fatores são encontrados em pesquisas realizadas, tais como o ambiente regulatório do país de origem dos *lobbyist*, que pode influenciar a forma como participam no processo de *lobby*, o que significa que *lobbyist* vindos de países com diferentes sistemas regulatórios podem adotar estratégias distintas para contribuir para esse processo. Para além disso, afirmam que quem já está familiarizado com um sistema de definição de normas privadas tende a ter uma visão diferente sobre que métodos de participação são mais eficazes. Ou seja, a experiência prévia com esse tipo de regime pode moldar a percepção dos *lobbyist* sobre que canais de participação funcionam melhor e com que intensidade eles devem utilizá-los (Orens et al., 2011).

O estudo realizado pela autora Barbosa (2023) está em plena harmonia com as conclusões do estudo anterior, dado que também não foi identificada uma relação significativa entre essas alterações e fatores como o nível de desenvolvimento económico do país ou a obrigatoriedade da aplicação das IFRS para algumas ou todas as empresas nacionais cotadas. Desta mesma forma, também não foi encontrada uma relação significativa entre o impacto das *comment letters* na redação final da norma e o facto de estas terem sido enviadas por *stakeholders* pertencentes à EU.

Por outro lado, o país de origem pode ter influência quando analisados mais fatores, sendo que esses países podem não estar a ser representados através de

comment letters por falta de desenvolvimento da contabilidade interna, carência de universidades ou por questões práticas, como falta de oportunidades ou de interesse no tema (Segantini et al., 2013).

Ainda relativamente ao país de origem das *comment letters*, os *lobbyists* que são capazes de influenciar a redação da norma final, estão normalmente representados pelo seu país, exercem algum tipo de financiamento ao órgão regulador ou proveem de um país onde as normas são levadas muito a sério após a implementação, com consequências severas para quem não cumpre (Rey et al., 2020).

O seguinte estudo mostra a falta de influência significativa de grupos de interesse, dado que apenas haverá impacto quando essas alterações tornarem a norma menos complexa, mais prática e útil para a comparabilidade das informações financeiras. Isto fortalece a posição do IASB como um regulador independente que considera diversas opiniões na criação de normas contabilísticas (Hewa et al., 2020).

Quando analisadas *comment letters* enviadas pelos EUA (Estados Unidos da América), existe uma tendência de oposição, por parte das organizações que representam os preparadores, no que diz respeito à maior uniformidade, maior divulgação e volatilidade das normas contabilísticas. No entanto os preparadores não se opõem de forma absoluta a mudanças contabilísticas desse tipo (Saemann, 1999).

No entanto, caso a maior divulgação leve a custos mais elevados, tendem a existir mais respostas discordantes (Saemann, 1999).

O estudo revela também que caso as mudanças melhorem a utilidade dos relatórios financeiros, mesmo os *lobbyist* que estejam numa primeira instância em discordância, tendem a apoiar esta alteração (Saemann, 1999).

Este estudo mostra ainda a separação existente entre as opiniões das diversas partes interessadas na definição de normas contabilísticas, dado que geralmente organizações adotaram posições consistentes com as opiniões das entidades e indivíduos que representam (Saemann, 1999).

Os dados obtidos no estudo realizado por HUIAN (2013) mostram que os contabilistas e os utilizadores foram os únicos *stakeholders* a concordar, em geral, com o ED, enquanto quase metade dos preparadores discordou. Em termos de distribuição geográfica, a maior oposição veio da Europa e da Austrália, enquanto organizações internacionais apresentaram opiniões mais equilibradas.

Através do estudo realizado à influência das *Big 4*, foi concluído que devido ao seu poder e recursos globais, estas têm grande influência na definição de normas contabilísticas, uma vez que essa influência é exercida não só através de argumentos técnicos, mas também por discursos socialmente construídos que podem sustentar ou justificar a complexidade (Baudot et al., 2018).

O estudo afirma ainda que as *Big 4* se opõem geralmente a mudanças propostas pelo *Financial Accounting Standards Board* (FASB) (órgão regulador), especialmente se acreditam que as mudanças irão aumentar a complexidade ou impactar mais os preparadores das demonstrações financeiras que os utilizadores (Baudot et al., 2018).

Foi ainda analisado o impacto das *comment letters* na qualidade da auditoria, verificando-se que este foi evidente na ótica dos auditores individualmente. No entanto, o mesmo não acontece quando se analisa grupos maiores, como escritórios ou firmas inteiras. Assim sendo, as *comment letters* tanto causam impacto nas normas finais, como na qualidade do trabalho de auditoria realizado pelos auditores (Tang & Liu 2024).

Não obstante os estudos mencionados ao longo da revisão da literatura, foi referido que o IAASB, ao analisar as *comment letters* disponíveis, procura ter em conta as opiniões dos diversos grupos envolvidos para a criação das normas, ajustando-se aos interesses de cada um. Desta forma, mantém a sua credibilidade e legitimidade como entidade reguladora, evitando ser controlado por interesses específicos (Matos et al., 2018).

Esta ideia é também apoiada por outros autores que afirmam que não existe controlo predominante de nenhum *stakeholder* específico, estando o IAASB atento às diferentes perspetivas (Giner & Arce 2012).

Pelo contrário, outras análises mostram que relativamente aos contabilistas e grandes firmas, como por exemplo as *Big 4*, embora os seus comentários sejam discutidos, não têm mais influência e as suas sugestões são mais rejeitadas que a média geral, o que pode vir a comprometer a perceção de imparcialidade do IASB (Bamber & McMeeking 2016).

No que diz respeito à redação final das normas, Leonardo (2021) conclui que as soluções apresentadas pelo IASB são adequadas e eficazes para abordar as preocupações expressas nas *comment letters*, uma vez que são amplamente

satisfatórias e direcionadas para resolver as principais preocupações levantadas nas cartas analisadas.

O mesmo acontece no estudo realizado por Yen et al. (2007), que mostra que foram consideradas as contribuições dos *stakeholders* na decisão final da norma.

Embora o estudo feito por Do Carmo et al. (2014), tenha mostrado a influência dos *stakeholders* na redação da norma final, essa influência não ocorreu para todos os *lobbyist* dado que os preparadores das demonstrações financeiras não tiveram um impacto tão significativo no processo de decisão do IASB. A razão principal para isso foi a divisão interna entre os preparadores e o impacto substancial e controverso que a mudança causaria, o que dificultou uma posição unificada para influenciar de forma decisiva a norma final.

No entanto, nem todos os autores concordam com o estudo suprarreferido, como é o caso do estudo feito por Cruz (2019), que revelou que na etapa de consulta pública, o lobby não teve sucesso, este foi mais eficaz antes da consulta pública, em encontros privados.

No contexto da sustentabilidade, o estudo realizado por Pirveli et al. (2025), mostra que o processo de *lobbying* teve impacto na redação final da norma, dado que as *comment letters* levaram a que houvesse ajustes na abrangência das divulgações exigidas, bem como flexibilidade das regras para pequenas e médias empresas (PMEs).

Por outro lado, no que diz respeito a normas relacionadas com a sustentabilidade, os autores Chung et al. (2024) afirmam existir uma grande distinção entre os interesses das partes relacionadas, neste caso entre investidores e Organizações não Governamentais (ONGs) que se mostram ambos mais exigentes em relação à obrigatoriedade e qualidade das informações e empresas e contabilistas que preferem mais flexibilidade. Assim sendo, estas opiniões díspares podem levar a uma menor legitimidade no processo de normalização.

b) Principais argumentos

No contexto de *lobby* existem dois tipos de justificações utilizadas por diferentes partes interessadas ao defender ou contestar propostas de normas internacionais, sendo estes os argumentos concetuais e autorreferenciais.

O primeiro baseia-se em princípios teóricos e conceitos fundamentais da contabilidade, como relevância, fiabilidade, comparabilidade e transparência da informação financeira e são usados para demonstrar se uma norma proposta está alinhada com os objetivos da contabilidade e com as características qualitativas da informação financeira.

O segundo refere-se aos interesses específicos da entidade que faz *lobby*, ou seja, são baseados em como a norma os afeta diretamente, sendo que muitas vezes envolvem preocupações sobre custos de implementação ou desafios práticos na sua adoção.

Assim, conforme Haapamäki (2022), as partes interessadas tendem a adotar uma postura mais neutra e equilibrada, pois acreditam que desta forma o *lobby* será mais eficaz e influente. Para isto, a estratégia de argumentação mais utilizada é a combinação de argumentos conceituais e autorreferenciais.

Num contexto mais ligado com a auditoria, foi possível perceber que estes dois tipos de argumentos são utilizados pelos *stakeholders* ao responder às *comment letters* em situações distintas, sendo que quando são favoráveis às novas regras tendem a justificar a sua posição com base em conceitos gerais (argumentos conceituais).

Por outro lado, ao discordarem utilizam argumentos mais voltados para a sua própria realidade (argumentos autorreferenciais). Especificamente, auditores fazem mais uso de argumentos baseados nas suas próprias experiências, enquanto outros grupos preferem basear os seus pontos de vista em princípios teóricos.

Posto isto, para Gros & Worret (2016), o mais influente também será uma combinação das duas estratégias.

Já o estudo realizado por Yen et al., (2007), afirma existirem quatro tipos de argumentos, sendo estes, “*outcome-oriented arguments*” (argumentos orientados para os resultados/ consequências), “*definitional arguments*” (argumentos de definição), “*scope arguments*” (argumentos relativos ao âmbito/ abrangência) e “*due process arguments*” (argumentos sobre o cumprimento do processo de normalização).

O primeiro foca-se nas consequências provenientes da nova norma, como por exemplo potenciais custos ou benefícios da aplicação da nova norma ou como estas mudanças afetariam os relatórios financeiros.

O segundo é aquele no qual os autores questionam ou sugerem mudanças nas definições conceituais ou nos termos usados, isto é, questionam se uma definição é adequada ou consistente com outros padrões.

O terceiro destaca não apenas o conteúdo da norma, mas principalmente a abrangência, ou seja, para quais entidades, transações ou circunstâncias ele se deve aplicar.

Por fim, o quarto envolve preocupações com a forma como o processo de elaboração da norma foi conduzido.

Face ao anteriormente exposto, o estudo suprarreferido conclui que as partes interessadas se focaram mais nos primeiros dois tipos, sendo que em conformidade com estudos anteriormente referidos, muitos argumentos foram adaptados às preocupações específicas das empresas e setores.

No entanto, o estudo realizado por Silva & Rodrigues (2016) sustenta a ideia de que o tipo de argumento mais utilizado foi o da categoria "*scope arguments*", totalizando quase metade das respostas. Este estudo sugere ainda que ao concordar, os participantes sentiram-se menos inclinados a justificar as suas opiniões.

O sucesso do *lobbying* prende-se também com a teoria da reatividade psicológica e tom negativo, ou seja, este último método descreve uma abordagem crítica ou de discordância em relação a certas propostas, sem necessariamente usar linguagem agressiva, em vez de simplesmente se opor diretamente a uma proposta, as *comment letters* com um tom negativo tendem a destacar problemas ou preocupações com a proposta de forma mais implícita ou indireta, mas de maneira clara. De acordo com a teoria da reatividade psicológica o regulador pode reagir negativamente quando confrontado com discordâncias explícitas (Shields et al., 2019).

Assim sendo, Shields et al., (2019), concluíram que o método do tom negativo será mais favorável para o sucesso dos *stakeholders*, ao utilizar argumentos longos em pontos de desacordo, mais ligado às preocupações que advêm da nova proposta e não tanto desacordo explícito.

Com isto, a terceira e última questão de investigação formulada é:

Q3: As partes interessadas preferem optar pela conjugação de argumentos distintos (conceituais e autorreferenciais/ consequenciais) para sustentar as suas opiniões?

3. Metodologia e dados

Como referido anteriormente, a ISSA 5000 foi desenvolvida para responder à crescente procura por normas internacionais que garantam a consistência e confiabilidade nas informações de sustentabilidade. Essa procura reflete a importância de relatórios confiáveis sobre sustentabilidade para investidores, reguladores e outras partes interessadas.

Para isto foram solicitados comentários sobre a proposta, até 1 de dezembro de 2023, através da resposta a 27 perguntas padronizadas, de forma a obter as opiniões dos *stakeholders* que normalmente não respondem às consultas do IAASB.

Os participantes não precisavam de responder a todas as perguntas no *Exposure Draft* e podiam escolher responder apenas às perguntas relevantes para eles ou às perguntas para as quais tinham comentários específicos.

Posto isto, o objetivo desta dissertação prende-se com estudar a relação entre o número de *comment letters* recebidas e o país de origem, bem como o tipo de *stakeholder* que respondeu e, posteriormente, através de recurso ao programa estatístico STATA, realizar um teste qui-quadrado para apurar a relação entre as respostas dos diferentes tipos de *stakeholders* e os tipos de argumentos utilizados para justificar as respetivas respostas.

Primeiramente, todas as *comment letters* recebidas foram divididas por continente de origem (Europa, África, Ásia, Oceânia, América ou Internacional quando não tem um continente de origem específico, neste último caso quando estamos perante empresas multinacionais) e tipo de *stakeholder* (Académicos, Auditores e Contabilistas, Reguladores, Utilizadores e Outros).

De seguida foi escolhida uma amostra de 3 questões, dado que se relacionam com o tema da materialidade. Este tema foi escolhido principalmente devido à necessidade de julgamento por parte dos auditores, uma vez que nos relatórios de sustentabilidade é necessário, por exemplo, que as empresas avaliem a dupla materialidade, o que torna o trabalho do auditor mais complexo.

Questão 1: “Do you agree with the approach in ED-5000 for the practitioner to consider materiality for qualitative disclosures and determine materiality (including performance materiality) for quantitative disclosures? If not, what do you propose and why?”

Questão 2: “Does ED-5000 appropriately address the notion of “double materiality” in a framework-neutral way, including how this differs from the practitioner’s consideration or determination of materiality? If not, what do you propose and why?”

Questão 3: “Does ED-5000 appropriately address the practitioner’s consideration of the entity’s “materiality process” to identify topics and aspects of topics to be reported? If not, what approach do you suggest and why?”

Posteriormente, foi analisado o conteúdo de cada carta, de forma a identificar as perspectivas de cada *stakeholder* (concorda, discorda, não concorda nem discorda, não responde).

Por fim, para cada tipo de resposta foi ainda analisado o tipo de argumento utilizado (conceitual, autorreferencial/consequencial, ambos, sem argumentos). A classificação dos argumentos teve como base o foco de cada um, uma vez que os conceituais, como referido na revisão da literatura, estão mais ligados a conceitos teóricos e os autorreferenciais/ consequenciais a interesses específicos.

Para uma possível análise estatística, foi realizado um teste qui-quadrado (χ^2) baseado na estatística de Pearson, que, resumidamente, é um teste estatístico não paramétrico que é utilizado para determinar se existe uma associação significativa entre duas variáveis categóricas.

De forma a estudar a relação entre tipos de *stakeholders*, respostas e argumentos foi definido um nível de significância de 5%, sendo que quando obtidos os *p-values* de cada teste através da probabilidade de Pearson, caso estes fossem superiores ao nível de significância não havia dispersão significativa de resultados. Por outro lado, quando os *p-values* calculados fossem inferiores a 5% significaria que os resultados variavam significativamente.

4. Análise de Resultados

Como referido anteriormente, foram analisadas as 143 *comment letters*. Conforme o apresentado na tabela I abaixo, a maioria dizem respeito a reguladores, representando cerca de 59% das respostas e as restantes são, essencialmente, respeitantes a auditores e contabilistas e outros, com cerca de 16% e 13%, respetivamente.

Assim sendo, a resposta à Q1 é não, dado que a atividade de *lobby* não está distribuída de forma equitativa, não se comprovando, assim, os resultados obtidos nos

estudos referidos anteriormente, na revisão da literatura, em que os principais stakeholders a participar para as normas de sustentabilidade eram os utilizadores, que neste estudo apenas representam uma percentagem de cerca de 10%.

Relativamente aos continentes que mais contribuem para as *comment letters*, grande parte diz respeito a países da Europa, representando cerca de 33% das respostas e apenas cerca de 6% e 8% dizem respeito a países da Oceânia e África respetivamente.

Deste modo, a resposta à segunda questão também é não. No entanto, o estudo em causa mostrou-se concordante com estudos anteriormente referidos, dado que o facto de pertencer à Europa e à América mostrou ter relevância quando comparado com regiões mais pobres como por exemplo a África.

TABELA I: Classificação por tipo de *stakeholder* e continente de origem

	Total	%
Europa	47	33
África	11	8
Ásia	24	17
Oceânia	8	6
América	24	17
Internacional	29	20
Total	143	100
Académicos	3	2
Audidores e contabilistas	23	16
Reguladores	85	59
Utilizadores	14	10
Outros	18	13
Total	143	100

Inicialmente, procedeu-se à análise das respostas das 3 questões em estudo. Para isto, dividi as respostas de cada questão por tipo de *stakeholder* (Académicos, Audidores e Contabilistas, Reguladores, Utilizadores e Outros - que são principalmente organizações sem fins lucrativos). De seguida examinou-se os comentários obtidos de forma a dividir as respostas em 4 tipos (concordam, discordam, não respondem e não concordam nem discordam).

Relativamente à primeira questão, através da observação direta da tabela II infra, a maior parte dos inquiridos afirmaram que concordavam com a abordagem tida no ED-5000 relativamente à materialidade para divulgações qualitativas e quantitativas.

Através dos dados obtidos na tabela II, foi criado o teste qui-quadrado (tabela III), onde podemos concluir que para o nível de significância de 5%, os “Auditores e Contabilistas” e os “Académicos” não diferem muito nas suas respostas ($p = 0,7446$), ao contrário dos “Reguladores” e “Outros” ($p = 0,0034$), dado que os “Outros” *stakeholders*, tendem a não responder à questão e apresentam o mesmo número de respostas concordantes e discordantes, enquanto os “Reguladores” tendem a concordar. A dispersão de respostas também é verificada entre “Reguladores” e “Utilizadores” ($p = 0,0092$).

TABELA II: Posição dos grupos de interesse à primeira questão

	Académicos	Auditores e contabilistas	Reguladores	Utilizadores	Outros	Total	%
Concordam	2	16	56	5	5	84	59
Discordam	0	3	19	4	5	31	22
Não respondem	1	3	6	5	6	21	15
Não concordam nem discordam	0	1	4	0	2	7	5
Total	3	23	85	14	18	143	100

TABELA III: Probabilidade de Pearson χ^2 (Tabela II)

	Auditores e contabilistas	Outros	Reguladores	Utilizadores
Académicos	0,7446	0,5062	0,3439	0,4877
Auditores e contabilistas		0,0691	0,6617	0,1361
Outros			0,0034	0,6305
Reguladores				0,0092

De seguida foram analisados os argumentos utilizados para justificar cada opinião. Relativamente ao porquê de concordarem com a primeira questão, segundo a tabela IV e tal como referido na revisão da literatura, os grupos de interesse tendem a optar por agregar argumentos concetuais e autorreferenciais/ consequenciais.

Embora exista a tendência de concordar com esta primeira questão, os participantes mostram preocupações no que diz respeito à complexidade e necessidade de julgamento profissional e é ainda questionada a aplicabilidade do conceito de “*performance materiality*” à sustentabilidade. Para isto, utilizam tanto

argumentos conceituais como autorreferências/ consequenciais, para mostrar que é necessário a existência de orientações detalhadas, de forma a transmitir uma maior clareza na aplicação prática, como exemplificado no anexo 1.

TABELA IV: Tipos de argumentos utilizados ao concordar com a primeira questão

	Acadêmicos	Audidores e contabilistas	Reguladores	Utilizadores	Outros	Total	%
Conceituais	1	6	14	2	1	24	29
Autorreferências/ consequenciais	1	2	12	0	1	16	19
Ambos	0	8	17	1	0	26	31
Sem argumentos	0	0	13	2	3	18	21
Total	2	16	56	5	5	84	100

Através dos valores apresentados na tabela V, que foi criada através dos resultados obtidos na tabela IV, os tipos de argumentos utilizados entre *stakeholders* ao concordarem com a primeira questão, não diferem significativamente, a não ser entre “Audidores e Contabilistas” e “Outros” ($p = 0,0056$), bem como “Audidores e Contabilistas” e “Utilizadores” ($p = 0,0496$), uma vez que são os únicos que apresentam um *p-value* inferior ao nível de significância de 5%. Isto acontece porque os “Audidores e Contabilistas” tendem a focar-se em ambos os argumentos e tanto os “Utilizadores” como “Outros” ou não apresentam argumentos ou focam-se apenas em um.

TABELA V: Probabilidade de Pearson χ^2 (Tabela IV)

	Audidores e contabilistas	Outros	Reguladores	Utilizadores
Acadêmicos	0,2765	0,3499	0,5238	0,2917
Audidores e contabilistas		0,0056	0,0976	0,0496
Outros			0,2683	0,4693
Reguladores				0,5403

Quando analisados os argumentos utilizados para justificar o porquê de discordarem da primeira questão (tabela VI), as partes interessadas voltam a optar pela combinação de argumentos distintos e não são encontradas respostas sem comentários adicionais.

As razões que levam os participantes a discordar desta questão estão ligadas principalmente à falta de clareza conceitual e insuficiência de orientações normativas e práticas para a aplicação consistente do conceito de materialidade. O requisito “*consider materiality for qualitative disclosures*”, foi considerado como inconsistente,

uma vez que, respostas como as descritas no anexo 2, sugerem que a norma deve esclarecer que o profissional não deve apenas considerar, mas também avaliar e aplicar a materialidade nos seus trabalhos.

Outro aspeto apontado foi a ausência de orientações específicas sobre o tratamento de divulgações não homogêneas, bem como o uso de terminologia ambígua que pode levar a inconsistências entre profissionais.

TABELA VI: Tipos de argumentos utilizados ao discordar da primeira questão

	Audidores e contabilistas	Reguladores	Utilizadores	Outros	Total	%
Concetuais	1	3	1	1	6	19
Autorreferencias/ consequenciais	2	6	1	2	11	35
Ambos	0	10	2	2	14	45
Sem argumentos	0	0	0	0	0	0
Total	3	19	4	5	31	100

Assim, ao realizar o teste qui-quadrado de Pearson, não se observaram diferenças significativas no tipo de argumento utilizado, uma vez que na generalidade foram utilizados ambos os argumentos ou apenas autorreferenciais/ consequenciais.

TABELA VII: Probabilidade de Pearson χ^2 (Tabela VI)

	Outros	Reguladores	Utilizadores
Audidores e contabilistas	0,4493	0,2352	0,3269
Outros		0,8813	0,8936
Reguladores			0,8992

Posteriormente procedeu-se ao estudo dos argumentos utilizados quando os *stakeholders* não concordam nem discordam. Pela tabela VIII, percebeu-se que o padrão se repete, já que as respostas continuam a ser semelhantes e continua a verificar-se a preferência da conjugação de argumentos. Uma vez que os *p-values*, apresentados na tabela IX, são maiores que 0,05, não existem evidências fortes de que os grupos diferem na forma como responderam, dado o tamanho da amostra. No entanto, devido ao tamanho da amostra ser reduzido, não consideramos este teste fiável.

TABELA VIII: Tipos de argumentos utilizados ao não concordar nem discordar da primeira questão

	Audidores e contabilistas	Reguladores	Outros	Total	%
Concetuais	1	1	0	2	29
Autorreferencias/ consequenciais	0	1	0	1	14
Ambos	0	2	2	4	57
Sem argumentos	0	0	0	0	0
Total	1	4	2	7	100

TABELA IX: Probabilidade de Pearson χ^2 (Tabela VIII)

	Outros	Reguladores
Audidores e contabilistas	0,0833	0,3916
Outros		0,4724

No que concerne à segunda questão, a maior parte dos *stakeholders* concordam que o ED-5000 aborda adequadamente a noção de dupla materialidade. Dado que 74 dos 143 dos participantes concordou e apenas 33 discordou, como se constata na observação da tabela X.

TABELA X: Posição dos grupos de interesse à segunda questão

	Acadêmicos	Audidores e contabilistas	Reguladores	Utilizadores	Outros	Total	%
Concordam	1	13	48	6	6	74	52
Discordam	1	6	16	4	6	33	23
Não respondem	1	2	17	4	6	30	21
Não concordam nem discordam	0	2	4	0	0	6	4
Total	3	23	85	14	18	143	100

Ao contemplar a tabela XI infra, as opiniões não diferem significativamente e constata-se ainda que os grupos “Acadêmicos” e “Outros” responderam de igual forma ($p = 1$).

TABELA XI: Probabilidade de Pearson χ^2 (Tabela X)

	Audidores e contabilistas	Outros	Reguladores	Utilizadores
Acadêmicos	0,5779	1	0,8043	0,9548
Audidores e contabilistas		0,1088	0,5121	0,2989
Outros			0,1710	0,8587
Reguladores				0,5623

Contrariamente ao observado anteriormente, quando analisadas as respostas concordantes à segunda questão (tabela XII), os participantes optaram principalmente apenas por argumentos conceituais ou mesmo por não argumentar. Assim, segundo os dados da tabela XIII, não se observam diferenças significativas entre participantes, pois nenhum *p-value* se encontra inferior ao nível de significância.

Os *stakeholders* mesmo ao concordar com a noção de dupla materialidade, apontaram temas que necessitavam de uma maior clareza e precisão conceptual, para que sejam evitadas lacunas interpretativas e de forma a promover a convergência regulatória. Foi sugerido que se alterasse o conceito de dupla materialidade, uma vez que se associa a estruturas específicas, até mesmo porque, segundo opiniões ilustradas no anexo 3, a materialidade apresenta-se como algo mais amplo e não apenas bidimensional.

TABELA XII: Tipos de argumentos utilizados ao concordar com a segunda questão

	Académicos	Audidores e contabilistas	Reguladores	Utilizadores	Outros	Total	%
Conceituais	0	5	13	3	2	23	31
Autorreferencias/ consequenciais	1	2	11	0	1	15	20
Ambos	0	4	9	1	0	14	19
Sem argumentos	0	2	15	2	3	22	30
Total	1	13	48	6	6	74	100

TABELA XIII: Probabilidade de Pearson χ^2 (Tabela XII)

	Audidores e contabilistas	Outros	Reguladores	Utilizadores
Académicos	0,2671	0,2326	0,3694	0,0719
Audidores e contabilistas		0,2899	0,5052	0,5742
Outros			0,6028	0,4936
Reguladores				0,5049

Ao investigar os comentários discordantes enviados relativamente à segunda questão, verificou-se que já utilizam mais argumentos conceituais ou a conjunção de ambos. Os dados obtidos na tabela XV salientam o completo alinhamento das respostas fornecidas pelos “Audidores e Contabilistas” e “Outros” ao apresentarem um *p-value* = 1. Ao avaliar os restantes *p-values* conclui-se que não existe uma dispersão significativa nos argumentos utilizados para discordar da segunda questão.

Estes comentários afirmam que existe falta coerência da norma quanto à dupla materialidade, isto porque o IAASB afirma que deve ser tido em conta a dupla

materialidade, mas que para avaliar distorções materiais, apenas se deve ter em conta a materialidade única (menor valor entre ambas). Para os *stakeholders* exemplificados no anexo 4, não faz sentido conceitualmente praticar materialidades distintas.

A falta de clareza da norma também está refletida nos comentários, uma vez que é referido pelos participantes que a sequência lógica da avaliação de materialidade, conforme praticada em *frameworks* como o GRI (primeiro impactos, depois riscos e oportunidades), deveria estar refletida na norma para manter a integridade e a completude do processo.

TABELA XIV: Tipos de argumentos utilizados ao discordar da segunda questão

	Acadêmicos	Auditores e contabilistas	Reguladores	Utilizadores	Outros	Total	%
Concetuais	1	2	6	2	2	13	39
Autorreferencias/ consequenciais	0	1	4	0	1	6	18
Ambos	0	3	6	2	3	14	42
Sem argumentos	0	0	0	0	0	0	0
Total	1	6	16	4	6	33	100

TABELA XV: Probabilidade de Pearson χ^2 (Tabela XIV)

	Auditores e contabilistas	Outros	Reguladores	Utilizadores
Acadêmicos	0,4594	0,4594	0,4682	0,3613
Auditores e contabilistas		1	0,8518	0,6592
Outros			0,8518	0,6592
Reguladores				0,5353

O mesmo acontece quando não concordam nem discordam, sendo que optam por utilizar ambos os argumentos ou apenas conceituais. Neste caso, como podemos observar na tabela XVI, apenas os “Auditores e Contabilistas” e os “Reguladores” têm esta perspetiva, o que torna inviável realizar um teste qui-quadrado com apenas 2 grupos.

TABELA XVI: Tipos de argumentos utilizados ao não concordar nem discordar da segunda questão

	Auditores e contabilistas	Reguladores	Total	%
Concetuais	2	6	8	39
Autorreferencias/ consequenciais	1	4	5	18
Ambos	3	6	9	42
Sem argumentos	0	0	0	0
Total	6	16	22	100

No que respeita à terceira questão, existe novamente a tendência de concordar, neste caso com o facto do ED-5000 abordar adequadamente o processo de materialidade. No entanto, as respostas discordantes apresentaram um maior peso que nas questões anteriores. Para além disso, constata-se também que, segundo a tabela XVII, tanto os “Utilizadores” como “Outros” posicionaram-se contrariamente aos restantes grupos, dado que optaram mais por não responder ou discordar.

TABELA XVII: Posição dos grupos de interesse à terceira questão

	Académicos	Audidores e contabilistas	Reguladores	Utilizadores	Outros	Total	%
Concordam	2	12	45	4	6	69	48
Discordam	0	8	24	5	8	45	31
Não respondem	1	3	11	5	3	23	16
Não concordam nem discordam	0	0	5	0	1	6	4
Total	3	23	85	14	18	143	100

Mais uma vez, através do teste qui-quadrado criado a partir da tabela supra, não se encontram divergências significativas entre opiniões de cada grupo de interesse, como se pode verificar pela tabela XVIII, que não apresenta nenhum *p-value* inferior a 5%.

TABELA XVIII: Probabilidade de Pearson χ^2 (Tabela XVII)

	Audidores e contabilistas	Outros	Reguladores	Utilizadores
Académicos	0,3951	0,4531	0,5705	0,3515
Audidores e contabilistas		0,4888	0,6555	0,2027
Outros			0,4638	0,5468
Reguladores				0,0957

Quando analisadas as respostas concordantes com a terceira questão e ao examinar a tabela XIX infra, constata-se que tanto os “Audidores e Contabilistas”, como os “Utilizadores” e “Reguladores” preferiram apenas concordar com a questão sem justificar. Para além disso, existiu ainda uma grande repartição entre argumentos concetuais, autorreferenciais/ consequenciais e ambos.

Ao concordar com a terceira e última questão, os participantes reforçam que a compreensão do processo de materialidade é essencial, de forma a garantir a coerência e aplicabilidade prática da norma. Os *stakeholders* reforçam a importância da correta definição da norma, uma vez que erradas interpretações podem afetar a qualidade dos relatórios.

Por outro lado, os participantes elogiam a neutralidade, relativamente a referenciais, o que aumenta a aplicabilidade global da norma e afirmam que a compreensão do processo de materialidade da entidade é fulcral para identificar riscos relevantes de distorção material nas informações reportadas.

TABELA XIX: Tipos de argumentos utilizados ao concordar com a terceira questão

	Acadêmicos	Audidores e contabilistas	Reguladores	Utilizadores	Outros	Total	%
Concetuais	1	4	6	1	2	14	20
Autorreferencias/ consequenciais	0	0	13	0	0	13	19
Ambos	0	2	9	1	3	15	22
Sem argumentos	1	6	17	2	1	27	39
Total	2	12	45	4	6	69	100

Desta forma, destaca-se a conformidade das respostas entre “Audidores e Contabilistas” e “Utilizadores” que apresentam um *p-value* de 0,9149 que é um valor próximo de 1.

TABELA XX: Probabilidade de Pearson χ^2 (Tabela XVII)

	Audidores e contabilistas	Outros	Reguladores	Utilizadores
Acadêmicos	0,7919	0,4111	0,4266	0,6873
Audidores e contabilistas		0,2574	0,1101	0,9149
Outros			0,1230	0,5170
Reguladores				0,6387

Quando os *stakeholders* discordam da terceira questão tendem a utilizar principalmente a conjugação de argumentos concetuais e autorreferenciais/ consequenciais. Contudo é possível, através da tabela XXII, encontrar divergência significativa de argumentos utilizados entre “Audidores e Contabilistas” e “Utilizadores” ($p = 0,0474$), dado que os primeiros optam principalmente pela conjugação de ambos os argumentos e os segundos preferem justificar apenas com argumentos concetuais. Apesar do *p-value* entre “Outros” e “Utilizadores” ser maior que 0,05 ($p = 0,0530$) e, portanto, não existir uma variação estatisticamente significativa, este é bastante reduzido pelo mesmo motivo acima referido.

Os principais motivos que levam os *stakeholders* a discordar da terceira questão é a falta de clareza na definição sobre o processo de materialidade e rigor da descrição de como o profissional deve agir em relação a esse processo. Também é referida a falta de exigência profissional, que seria obtida através da existência de requisitos explícitos para a identificação dos tópicos materiais.

Os participantes ilustrados no anexo 6, mencionam que a norma deveria clarificar como os procedimentos relativos ao processo de materialidade variam consoante o tipo de garantia (razoável ou limitada). Sugerem que o conteúdo relevante não esteja disperso, mas sim no texto principal da norma.

TABELA XXI: Tipos de argumentos utilizados ao discordar da terceira questão

	Audidores e contabilistas	Reguladores	Utilizadores	Outros	Total	%
Concetuais	1	7	4	2	14	31
Autorreferencias/ consequenciais	2	6	0	0	8	18
Ambos	5	11	1	6	23	51
Sem argumentos	0	0	0	0	0	0
Total	8	24	5	8	45	100

TABELA XXII: Probabilidade de Pearson χ^2 (Tabela XXI)

	Outros	Reguladores	Utilizadores
Audidores e contabilistas	0,2976	0,6065	0,0474
Outros		0,2234	0,0530
Reguladores			0,0937

No que respeita aos grupos que não concordam nem discordam, existem apenas seis respostas deste tipo, proveniente de “Reguladores” e “Outros” e os argumentos utilizados estão dispersos. Assim, não se torna viável proceder à execução do teste qui-quadrado de Pearson.

TABELA XXIII: Tipos de argumentos utilizados ao não concordar nem discordar da terceira questão

	Reguladores	Outros	Total	%
Concetuais	2	0	2	33
Autorreferencias/ consequenciais	0	1	1	17
Ambos	3	0	3	50
Sem argumentos	0	0	0	0
Total	5	1	6	100

Por fim, conclui-se que de um modo geral as partes interessadas optam por utilizar ambos os argumentos referidos, de forma a que as suas opiniões sejam mais tidas em consideração, o que faz com que a terceira e última hipótese não seja rejeitada.

5. Conclusão

Assuntos ligados à sustentabilidade desempenham, cada vez mais, um papel relevante na sociedade. Assim, o IAASB emitiu a *Proposed International Standard on Sustainability Assurance (ISSA) 5000 - General Requirements for Sustainability Assurance Engagements*.

Para esta dissertação foram analisadas as 143 *comment letters* recebidas em resposta ao ED-5000, onde se procurou, primeiramente, identificar o tipo de *stakeholder* e o continente que mais contribuía para o *lobby* através do envio de *comment letters* e de seguida através de recurso ao programa estatístico STATA, realizar um teste qui-quadrado para perceber a posição dos participantes em relação às questões ligadas com a materialidade e quais os argumentos mais utilizados para justificar as opiniões transmitidas.

Este estudo revelou que os Reguladores foram o grupo de interesse que mais participaram, contribuindo com mais de metade das respostas, cerca de 59% e países da Europa contribuíram com cerca de 33% das *comment letters*, sendo o Reino Unido e a Holanda quem mais participou.

Relativamente às três questões relacionadas com a materialidade, a população estudada tendeu a concordar com as abordagens tidas no ED-5000 e os argumentos mais utilizados, na generalidade, foram a conjugação de argumentos concetuais e autorreferenciais/ consequenciais. No entanto, a tendência de conjugar ambos os argumentos não se verificou ao concordar com a segunda e terceira questão, sendo que optaram por utilizar apenas argumentos concetuais ou não escrever comentários.

Quando analisada a primeira questão, que se relaciona com a qualidade da abordagem do ED-5000 para que o profissional considere adequadamente a materialidade para as divulgações qualitativas e determine a materialidade para as divulgações quantitativas, conclui-se que ocorreu dispersão significativa nas respostas entre “Reguladores” e “Outros”, bem como “Reguladores” e “Utilizadores”.

Ao concordar com esta questão, foram abordadas preocupações relativas à complexidade e falta de informação, bem como à aplicabilidade do conceito “*performance materiality*”. Analisada esta perspetiva, verificou-se divergências significativas nos argumentos utilizados entre “Auditores e Contabilistas” e “Outros”, e “Auditores e Contabilistas” e “Utilizadores”.

Ao discordar, os principais tópicos abordados foi a falta de clareza conceitual e insuficiência de orientações para uma correta e ampla aplicação da materialidade, o que pode levar a inconsistências entre profissionais. Foi ainda referido que deve estar explícito na norma, que a materialidade não pode apenas ser considerada, mas sim devidamente avaliada e aplicada. Neste caso, não ocorreu dispersão significativa no que diz respeito à escolha de argumentos para justificar a opinião.

Ao analisar a segunda questão, que está ligada à dúvida se é realizada uma abordagem adequada da noção de dupla materialidade e de forma neutra em relação à estrutura, incluindo como é que esta difere da consideração ou determinação da materialidade por parte do profissional, para além de não se observar divergências de opiniões entre *stakeholders*, verificou-se um total alinhamento entre “Acadêmicos” e “Outros”. As respostas concordantes, recomendam principalmente que exista maior precisão conceptual, nomeadamente com o conceito de dupla materialidade e no que respeita a argumentos utilizados não se observou dispersão significativa.

Em relação às respostas discordantes, foi referido que existe falta de coerência conceitual, uma vez que a noção de dupla materialidade provém das normas *Global Reporting Initiative*, mas que depois não aplicam corretamente a sequência lógica da avaliação da materialidade. Neste caso, não ocorreram divergências de argumentos utilizados e que os “Auditores e Contabilistas” e “Outros” utilizaram na mesma porção estes argumentos.

No que concerne à terceira e última questão relativa à abordagem adequada da consideração do profissional sobre o “processo de materialidade” da entidade para identificar tópicos a reportar, não se constatou dispersão de respostas e os principais temas de melhoria sugeridos ao concordar com esta questão foi, mais uma vez, a existência de maior clareza conceptual, de forma a não ocorram interpretações erradas. Os argumentos utilizados não foram significativamente distintos.

Ao discordar desta questão, os participantes mostram preocupações tanto a nível de falta de clareza conceitual, como de rigor prático e a utilização de argumentos foi significativamente distinta entre “Auditores e Contabilistas” e “Utilizadores”.

Posto isto, a análise de materialidade, numa ótica de garantia de sustentabilidade, é essencial, no entanto enfrenta limitações práticas devido à sua subjetividade. Esta crítica é visível nas *comment letters* analisadas, onde os *stakeholders* expressam preocupação com a falta de objetividade do ED,

demonstrando a necessidade de métodos mais claros e estruturados para garantir coerência e alinhamento estratégico.

Este trabalho contribui, ao nível teórico, para a literatura existente acerca do *lobby* em normas de garantia de sustentabilidade, de modo a concluir em relação ao tipo de *stakeholder* e continente que mais participam no processo de criação de normas por parte do IAASB. Contribui ainda, ao nível prático, para compreender as opiniões dos participantes quanto às questões referentes à materialidade, uma vez que a materialidade do relatório de sustentabilidade é uma das questões essenciais, e quais os argumentos mais utilizados por estes.

Por outro lado, a presente dissertação tem como limitações a dimensão da população obtida, que é reduzida, bem como, devido à complexidade do estudo, a escolha de uma amostra de apenas 3 das 27 questões, ligadas à materialidade, que foi considerado o tópico mais relevante para o contexto do estudo.

Para uma análise futura seria interessante analisar as restantes formas que os *stakeholders* têm de fazer *lobby*, ou seja, estudar as perspetivas dos participantes que não enviaram *comment letters* mas que, ainda assim, contribuíram para o processo de desenvolvimento das normas publicadas pelo IAASB. Outra sugestão seria analisar outros aspetos que sejam do interesse dos participantes, como por exemplo a questão relativa a outros assuntos que pretendam ver esclarecidos.

6. Referências Bibliográficas

Aversano, N., Christiaens, J., Tartaglia Polcini, P., & Sannino, G. (2020). Accounting for heritage assets: An analysis of governmental organization comment letters on the IPSAS consultation paper. *International Journal of Public Sector Management*, 33(2/3), 307-322. DOI: 10.1108/IJPSM-12-2018-0275

Bamber, M., & McMeeking, K. (2016). An examination of international accounting standard-setting due process and the implications for legitimacy. *The British Accounting Review*, 48(1), 59-73. DOI: 10.1016/j.bar.2015.03.003

Barbosa, A. (2023). *As características dos países e a participação dos stakeholders na atualização da IAS1: Uma análise de comment letters* (Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa (Portugal)). Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.5/30050> [Acesso em: 2025/01/12]

Baudot, L., Demek, C., & Huang, Z. (2018). The accounting profession's engagement with accounting standards: Conceptualizing accounting complexity through Big 4 comment letters. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 37(2), 175-196. DOI: 10.2308/ajpt-51898

Beske, F., Hausteine, E., & Lorson, P. (2020). Materiality analysis in sustainability and integrated reports. *Sustainability Accounting, Management and Policy Journal*, 11(1), 162-186. DOI: 10.1108/SAMPJ-12-2018-0343

Calabrese, A., Costa, R., Ghiron, N., & Menichini, T. (2019). Materiality analysis in sustainability reporting: A tool for directing corporate sustainability towards emerging economic, environmental and social opportunities. *Technological and Economic Development of Economy*, 25(5), 1016-1038. DOI: 10.3846/tede.2019.10550

Carmo, C., Ribeiro, A., & de Carvalho, L. (2014). Influência dos grupos de interesse no processo de normatização contábil internacional: O caso do *Discussion Paper* sobre *Leasing*. *Contabilidade Vista & Revista*, 25(2), 99-118. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/2804> [Acesso em: 2025/01/05]

Cerqueira, C. (2018). *Determinantes do lobbying por parte dos preparadores: O caso da norma sobre as locações* (Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa (Portugal)). Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.5/17144> [Acesso em: 2025/02/15]

Chung, R., Bayne, L., & Birt, J. (2024). Stakeholder responses to mandating environmental, social and governance reporting in Hong Kong. *China Journal of Accounting Research*, 17(2), 100353. DOI: 10.1016/j.cjar.2024.100353

Cruz, F. (2019). *Análise da influência do lobbying no processo de alteração da IAS 41 Bearer Plant* (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Uberlândia). Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/27167> [Acesso em: 2025/01/18]

Freitas, M., Van Zijl, W., Ram, A., & Maroun, W. (2024). Stakeholder and jurisdictional influence over IFRS 10's development. *South African Journal of Accounting Research*, 38(1), 27-49. DOI: 10.1080/10291954.2023.2246293

Gäumann, M., & Dobler, M. (2024). Choice of participation method in setting international accounting standards: Evidence from EFRAG as an intermediary for

indirect participation. *The International Journal of Accounting*, 59(01), 2450001. DOI: 10.1142/S109440602450001X

Georgiou, G. (2004). Corporate lobbying on accounting standards: Methods, timing and perceived effectiveness. *Abacus*, 40(2), 219-237. DOI: 10.1111/j.1467-6281.2004.00152.x

Georgiou, G. (2010). The IASB standard-setting process: Participation and perceptions of financial statement users. *The British Accounting Review*, 42(2), 103-118. DOI: 10.1016/j.bar.2010.02.003

Giner, B., & Arce, M. (2012). Lobbying on accounting standards: Evidence from IFRS 2 on share-based payments. *European Accounting Review*, 21(4), 655-691. DOI: 10.1080/09638180.2012.701796

Gros, M., & Worret, D. (2016). Lobbying and audit regulation in the EU. *Accounting in Europe*, 13(3), 381-403. DOI: 10.1080/17449480.2016.1255343

Haapamäki, E. (2022). An examination of comment letters concerning an increase in audit exemption thresholds. Evidence from Finland. *In Accounting Forum*, 46(4), 394-420. DOI: 10.1080/01559982.2021.1974234

Haapamäki, E., & Mäki, J. (2023). An analysis of comment letters on a new, stand-alone standard for audits of less complex entities' financial statements. *Journal of Accounting Literature*, 46(1), 51-81. DOI: 10.1108/JAL-12-2022-0131

Hansen, T. (2011). Lobbying of the IASB: An empirical investigation. *Journal of International Accounting Research*, 10(2), 57-75. DOI: 10.2139/ssrn.1081413

Hewa, S., Mala, R., & Chen, J. (2020). IASB's independence in the due process: An examination of interest groups' influence on the development of IFRS 9. *Accounting & Finance*, 60(3), 2585-2615. DOI: 10.1111/acfi.12426

HUIAN, M. (2013). Stakeholders' participation in the development of the new accounting rules regarding the impairment of financial assets. *Business Management Dynamics*, 2(9), 23. DOI: 10.1111/faam.12304

International Auditing and Assurance Standards Board (2023). *Explanatory Memorandum: Proposed International Standard on Sustainability Assurance 5000*. International Federation of Accountants. Disponível em:

<https://www.iaasb.org/publications/proposed-international-standard-sustainability-assurance-5000-general-requirements-sustainability> [Acesso em: 2024/11/02]

International Auditing and Assurance Standards Board (2023). *Exposure Draft: Proposed International Standard on Sustainability Assurance 5000. International Federation of Accountants*. Disponível em: <https://www.iaasb.org/publications/proposed-international-standard-sustainability-assurance-5000-general-requirements-sustainability> [Acesso em: 2024/11/02]

Jorissen, A., Lybaert, N., Orens, R., & Van Der Tas, L. (2012). Formal participation in the IASB's due process of standard setting: A multi-issue/multi-period analysis. *European Accounting Review*, 21(4), 693-729. DOI: 10.1080/09638180.2010.522775

Kosi, U., & Reither, A. (2014). Determinants of corporate participation in the IFRS 4 (insurance contracts) replacement process. *Accounting in Europe*, 11(1), 89-112. DOI: 10.1080/17449480.2014.897459

Kulik, A., & Dobler, M. (2023). Stakeholder participation in the ISSB's standard-setting process: The consultations on the first exposure drafts on sustainability reporting. *Sustainability Accounting, Management and Policy Journal*, 14(7), 349-380. DOI: 10.1108/SAMPJ-05-2023-0314

Larson, R. (1997). Corporate lobbying of the international accounting standards committee. *Journal of International Financial Management & Accounting*, 8(3), 175-203. DOI: 10.1111/1467-646X.00024

Larson, R., Myring, M., & Orens, R. (2022). US comment Letter Writing to the IASB and Evolving SEC Views on the Use of IFRS. *Accounting in Europe*, 19(2), 255-286. DOI: 10.1080/17449480.2022.2046281

Leonardo, S. (2021). *Análise de conteúdo às comment letters dirigidas ao IASB, por seguradoras e associações seguradoras, relativas aos exposure drafts da IFRS 9: Classificação e mensuração e aplicação com a IFRS 4* (Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa (Portugal)). Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.5/21641> [Acesso em: 2025/02/08]

Matos, T., Santos, O., Rodrigues, A., & Leite, R. (2018). *Lobbying na regulação de auditoria no âmbito do IAASB*. *Revista Contabilidade & Finanças*, 29, 246-265. DOI: 10.1590/1808-057x201804330

Mellado, L., & Parte, L. (2017). Determinantes corporativos de la intensidad del lobby en el proceso de elaboración de la norma de arrendamientos. *Revista de Contabilidad-Spanish Accounting Review*, 20(2), 131-142. DOI: 10.1016/j.rcsar.2016.09.001

Monteiro, A. (2016). *Participação no Processo de Alteração das las 17-Locções: Um Contributo para o Estudo do Lobbying* (Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa (Portugal)). Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/13568> [Acesso em: 2025/01/25]

Orens, R., Jorissen, A., Lybaert, N., & Van Der Tas, L. (2011). Corporate lobbying in private accounting standard setting: Does the IASB have to reckon with national differences?. *Accounting in Europe*, 8(2), 211-234. DOI: 10.1080/17449480.2011.621672

Padilla-Garrido, N., Aguado-Correa, F., Rabadán-Martín, I., López-Jiménez, J., la Vega-Jiménez, J., & Peletier-Ribera, I. (2024). Materiality analysis in sustainability reporting: Insights from large Spanish companies. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 31(6), 5391-5412. DOI: 10.1002/csr.2866

Pirveli, E., Ortiz-Martínez, E., Marín-Hernández, S., & Thompson, P. (2025). Influencing sustainability: The role of lobbyist characteristics in shaping the EU's Corporate Sustainability Reporting Directive. *Sustainability Accounting, Management and Policy Journal*, 16(2), 415-442. DOI: 10.1108/SAMPJ-03-2023-0162

Reuter, M. and Messner, M. (2015). Lobbying on the integrated reporting framework. An analysis of comment letters to the 2011 discussion paper of the IIRC. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 28(3), 365-402. DOI: 10.1108/AAAJ-03-2013-1289

Rey, A., Maglio, R., & Rapone, V. (2020). Lobbying during IASB and FASB convergence due processes: Evidence from the IFRS 16 project on leases. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*, 41, 100348. DOI: 10.1016/j.intaccudtax.2020.100348

Saemann, G. (1999). An examination of comment letters filed in the US financial accounting standard-setting process by institutional interest groups. *Abacus*, 35(1), 1-28. DOI: 10.1111/1467-6281.00032

Segantini, G., Melo, C., Cunha Vieira, E., & Silva, J. (2013). Uma análise crítica entre os currículos dos cursos de Ciências Contábeis nos países do Mercosul e o proposto

pela ONU/UNCTAD/ISAR. *Revista Evidenciação Contábil & Finanças*, 1(1), 85-98. DOI: 10.18405/recfin20130106

Shields, K., Clacher, I., & Zhang, Q. (2019). Negative tone in lobbying the international accounting standards board. *The International Journal of Accounting*, 54(03). DOI: 10.1142/S1094406019500100

Silva, J., Niyama, J., & Rodrigues, A. (2016). Análise da percepção dos participantes do processo normativo do IASB sobre a proposta de revisão da estrutura conceitual. *Advances in Scientific & Applied Accounting*, 9(3). Disponível em: [10.14392/asaa.2016090301](https://doi.org/10.14392/asaa.2016090301) [Acesso em: 2025/02/18]

Stenka, R., & Taylor, P. (2010). Setting UK standards on the concept of control: An analysis of lobbying behaviour. *Accounting and Business Research*, 40(2), 109-130. DOI: 10.1080/00014788.2010.9663387

Tang, J., & Liu, C. (2024). Financial comment letters, geographic proximity and audit quality. *Asia-Pacific Journal of Accounting & Economics*, 31(2), 196-220. DOI: 10.1080/16081625.2022.2147969

Thevapalan, A. (2024). Chi-Square Test in R: A Complete Guide. *DataCamp*. Disponível em: <https://www.datacamp.com/pt/tutorial/chi-square-test-r> [Acesso em: 2025/01/12]

Yen, A., Hirst, D., & Hopkins, P. (2007). A content analysis of the comprehensive income exposure draft comment letters. *Research in Accounting Regulation*, 19, 53-79. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=947355> [Acesso em: 2025/02/09]

7. Anexos

ANEXO A - Exemplo de resposta afirmativa à primeira questão submetida pela Mazars

“Agree, with comments below:

Terminology and definitions:

We note that the only term relating to materiality defined in ED-5000 is Performance Materiality. As noted in Question 9, we suggest that the entity’s materiality assessment process and the practitioner’s materiality be added to the definitions in ED-5000.17. Furthermore, we note that “clearly trivial” is used in relation to accumulating misstatements but is excluded from the definitions and should also be added to ED-5000.17.

Quantitative materiality:

The determination of quantitative materiality will be very different from the process in a financial statements audit, where overall materiality can be determined based on a single benchmark/unit. For sustainability engagements, materiality will need to be determined on a much more granular level (e.g. for each disclosure, topic, aspect of topic, KPI etc.). While our early concerns about the determination of quantitative materiality may have reduced over time, it remains unclear how practitioners will determine materiality for a wide range of measures and units, and the extent of documentation required, or at what level materiality should be determined (e.g. for each individual disclosure, by topic, or aspect of topic?). Further guidance, with practical examples would be helpful in this regard.

Reflecting the perspective of users in determining the practitioner’s materiality is much more challenging in a sustainability engagement as the perspectives of different users may impact different disclosures/indicators to a greater or lesser degree. For example, in a financial statements audit, it is possible to focus on the impact on decisions made by users using a single measure, but in sustainability you may have multiple users focused on different matters, some qualitative, some quantitative – it is not clear from the existing guidance how the practitioner assesses the impact on the decision making of different users.

Qualitative materiality:

We believe that the requirement of ED-5000.91(a) to “consider” materiality for qualitative disclosures with a series of considerations set out in ED-5000.A278, is

appropriate. It is not possible to “determine” materiality for qualitative disclosures. However, it is not clear how this “consideration” works in practice compared to the “determination of materiality” required for quantitative disclosures, nor how the practitioner should document their consideration of materiality for qualitative disclosures (e.g. by topic, aspect of topic, disclosure, section or paragraph of the sustainability report etc.). Further practical guidance would be helpful to support the practitioner in “considering” materiality in relation to qualitative disclosures and how this will work in practice, as well as the documentation of qualitative materiality.

Performance materiality:

The concept of Performance Materiality is complex and not always well understood by auditors. We believe therefore that the concept may be difficult to apply in a profession-agnostic standard with other assurance providers being less familiar with a complex concept.

Furthermore, it is not obvious how performance materiality may be applied to sustainability disclosures, and we question whether the concept is necessary for sustainability assurance engagements. The IAASB should provide examples of how the concept could be applied in practice to sustainability information. Furthermore, guidance and examples of aggregation risk, where aggregation risk may apply and what this means in practice in relation to sustainability information would be especially helpful, particularly in assisting practitioners in aggregating and evaluating misstatements.

Materiality and accumulation of misstatements:

Even if we accept that the challenges of determining materiality for quantitative disclosures and considering it for qualitative disclosures can be overcome when setting the practitioners materiality, there are significant challenges when it comes to applying materiality in the accumulation, aggregation and evaluation of misstatements given the potential for a wide range of materialities (e.g. determined by disclosure, or topic) with materiality measured in different units, as well as the need to consider the impact of any qualitative issues identified. We note that there is helpful guidance in the application material on evaluation of misstatements which will assist practitioners in devising an approach to such evaluation. As noted above, the concept of clearly trivial is used in relation to accumulating misstatements but is not defined in ED-5000.

Materiality in a group engagement:

The application of materiality to a group engagement is complex, even in well-established financial statements audits. There is currently no guidance on the application of materiality to a group sustainability engagement and such guidance, along with other aspects of group/consolidate sustainability engagements is desperately needed, especially as many of the assurance engagements in the early years of adoption will be undertaken on large groups”.

ANEXO B - Exemplo de resposta afirmativa à primeira questão submetida pela Philip Morris International Inc.

“Agree, with comments below:

We agree with the proposed approach for “practitioner to consider materiality for qualitative disclosures and determine materiality (including performance materiality) for quantitative disclosures”. However, it is evident that sustainability information and disclosures may include qualitative information subject to interpretation and may rely on professional judgement for assessing materiality for sustainability disclosures. Considering the complexities expected to be faced, we encourage further guidance on this topic to increase transparency in reporting and how to apply professional skepticism to safeguard against risks of inadvertent greenwashing. Illustrative guidance for standardization in formulation of materiality for sustainability disclosures may increase comparability and narrow down the variability of professional judgement.”

ANEXO C - Exemplo de resposta negativa à primeira questão submetida pelo Irish Auditing and Accounting Supervisory Authority

“Disagree, with comments below:

“Consideration” of qualitative materiality:

The requirement to ‘consider’ materiality for qualitative disclosures is not sufficiently clear as it may not be interpreted as an obligation to adequately assess materiality for qualitative disclosures. The common understanding of ‘consider’ is to think about a particular matter but it may not lead to any action by the practitioner. In this context, paragraph 91(a) should clarify that the practitioner must both consider materiality and then assess qualitative disclosures based on the outcome of that consideration.

Additionally, use of the term ‘consideration’ in the application material for both qualitative (paragraph A278) and quantitative (paragraph A279) materiality may lead to confusion for users.

The additional material provided in the explanatory memorandum and frequently asked questions issued by the IAASB in October should be incorporated into the final version of the standard to ensure consistent application of the requirement to consider qualitative materiality and so that this provision can be enforced by regulators.

Non-homogenous quantitative disclosures:

The application material on quantitative materiality considerations in paragraph A279 should make it clear that, unlike for a financial statements audit, the same level of materiality for all quantitative disclosures in a sustainability assurance engagement is not appropriate given that they may relate to different matters such as headcount, future investment costs, project hours or emission levels. While there is some guidance on this topic in paragraph A412 in the context of the evaluation of uncorrected misstatements, guidance is also required in the section on setting materiality.

It is unclear from paragraph A399 how the practitioner could designate an amount below which misstatements are clearly trivial for quantitative disclosures that are not of a homogeneous nature for example financial amounts, employee numbers, hours, percentages etc.

Application materials that should in the main standard:

The statement in paragraph A398 that ‘When there is any uncertainty about whether one or more items are clearly trivial, the misstatement is considered not to be clearly trivial’ is of such importance that it should be moved to the requirements section of the standard. In addition, there does not appear to be any guidance provided on the consideration of ‘clearly trivial’ for qualitative disclosures.

The statement in paragraph A418 that misstatements in qualitative information are as important as misstatements in quantitative information should be moved to the requirements section of ED 5000.

The statement in paragraph A270 that materiality is the same for both limited and reasonable engagements because it is based on the information needs of intended users should be moved to the requirements section of the standard.

Insufficient detail and guidance:

Paragraph A409 should be expanded to note that, for both narrative and quantitative disclosures, correction of misstatements by management may involve the inclusion of information that had been omitted.

The requirements relating to planning for materiality are limited to paragraph 91 of ED5000 (with related application material in A270-A277 and A282).

The examples of factors that may be relevant to consideration of materiality for qualitative disclosures states that a practitioner may consider a potential misstatement to be material if it affected the threshold for payment of carbon tax. It would seem more likely that the misstatement in this instance would relate to a quantitative disclosure as such thresholds are normally based on figures such as emission levels.”

ANEXO D - Exemplo de resposta negativa à primeira questão submetida pelo Royal Netherlands Institute of Chartered Accountants

“Disagree, with comments below:

The NBA considers the proposed approach unclear. We therefore suggest the following:

- It should be made clear whether, and if so how, qualitative materiality can be disaggregated over sustainability matters.*
- Furthermore, disaggregation of assurance materiality and performance materiality within the group may require further guidance, since the differing nature of sustainability reporting in comparison with financial reporting, which may require a different approach, both in terms of process and in terms of approach.*
- ED-5000 provides too little clarity about how assurance materiality is applied in the evaluation of misstatements and of the sufficiency and appropriateness of assurance procedures performed. For instance, it is unclear whether when the misstatements found are close to materiality, the practitioner is expected to perform additional procedures.*
- We seek clarification that ‘compensation’ of misstatements is not possible when aggregating the misstatements in sustainability reporting.*
- We are of the view that the requirement to ‘consider’ materiality for qualitative disclosures needs further explanation, especially for practitioners who are not used to applying the auditing standards and hence lack familiarity with the intended (relatively narrow) understanding of the verb ‘consider’.”*

ANEXO E - Exemplo de resposta afirmativa à segunda questão submetida pela European Federation of Accountants and Auditors for Small and Medium-sized Enterprise

“Yes, with comments below:

While we think ED-5000 appropriately addresses the notion of “double materiality”, and the recently issued FAQs Proposed ISSA 5000: The Application of Materiality by the Entity and the Assurance Practitioner makes some additional mention of double materiality, we urge the IAASB to consider either including a few high-level requirements or developing separate guidance that might one day be replaced by an ISSA. Any requirements might be conditional, conditional on the reporting framework being based on double materiality. The IAASB might wish to emulate EFRAG which is developing guidance for value chain reporting.”

ANEXO F - Exemplo de resposta afirmativa à segunda questão submetida pelo Certified Practising Accountant Australia

“Yes, with comments below:

Paragraph A180 of ED-5000 describes “double materiality” as both financial materiality and impact materiality. However, “double materiality” is a term used in specific frameworks such as the Global Reporting Initiative (GRI) framework. Given, that ISSA 5000 is a framework-neutral standard, we recommend the IAASB uses a broader term (e.g., “multiple materiality”). The term “double materiality” could be included as an example in the standard.”

ANEXO G - Exemplo de resposta negativa à segunda questão submetida pelo Korean Institute of Certified Public Accountants

“No, with comments below:

The KICPA believes that it is appropriate to consider ‘double materiality’ from the ‘relevance’ perspective of the applicable criteria. However, it is challenging to understand from this ED the impact of the materiality applied by the entity (including, the materiality principles of the applicable criteria), including double materiality, on the practitioner’s materiality and how the practitioner should consider the materiality applied by the entity.

This challenge doesn’t seem to be addressed by FAQ. Rather it is compounded by the answer in FAQ which said the practitioner should apply a double materiality “lens” to

determine materiality but consider or determine a 'single' materiality for purposes of performing assurance engagements and assessing misstatements. In particular, it said that the lesser of financial or impact materiality would be used for quantitative disclosure.

In considering or determining the materiality, the practitioner should consider the entity's perspective used in performing the materiality process, even when the entity's 'materiality process' and the practitioner's materiality serve different purposes. Guidance should be provided (in the standard, instead of FAQ) to describe specifically how it should be done. If an entity applies the double materiality, the practitioner also should consider and determine materiality from those two perspectives. We suggest that specific and diverse examples should be provided to enhance the practitioner's understanding, along with such guidance."

ANEXO H - Exemplo de resposta negativa à segunda questão submetida pelo Institute of Chartered Accountants of Scotland

"No, with comments below:

ED-5000 is intended to be designed to be framework neutral with respect to reporting, which we applaud. However, we are not convinced that the proposed standard adequately deals with scenarios where an entity will be reporting under a double materiality lens. Given that reporting entities in the EU and others from outwith which are in scope will have to comply with a double materiality approach we believe this highlights the need for the proposed assurance standard to comprehensively deal with assurance engagements in relation to where this has been applied. We believe that the optimum approach to deal with this will be to include conditional requirements in relation to where an entity has applied a double materiality approach. Such requirements and related application material will need to reflect the more holistic approach that has been adopted by preparers and include matters to be considered by the assurer both in terms of completeness and in assessing the materiality of misstatements identified.

In this regard the finalised version of ED-5000 should recognise the importance of entities sequencing their materiality assessment requiring assessment of the organisation's most significant impacts to precede the assessment of the risks, opportunities and their impact on financial consequences as per the Global Reporting Initiative and European Sustainability Reporting Standards. Both perspectives are important in their own right, but so too is completeness, and significant impacts give

rise to actual or potential risks and opportunities. They also affect dependencies. In related guidance the IAASB could consider referring to applicable guidance such as that provided by GRI Standards, GRI 3: Material Topics 2021 on determining material topics (as defined in GRI 3). It is particularly important that the process of determining material sustainability and sustainability related matters is included in the scope of assurance engagements.”

ANEXO I - Exemplo de resposta afirmativa à terceira questão submetida pela Ernst & Young

“Yes, with comments below:

We believe that ED-5000 appropriately addresses the practitioner’s consideration of the entity’s “materiality process” to identify topics and aspects of topics to be reported. We also believe that it is important that ED-5000 remain framework neutral in order to be globally operable and adaptable to the different conditions prevalent in different jurisdictions. However, as stated in our response to Q8, some aspects of the preliminary knowledge may be difficult to obtain before the acceptance of the engagement, especially when the entity is preparing the sustainability information for the first time in accordance with a given criteria. An example of this includes obtaining a detailed understanding of the materiality process that the entity will apply, as this materiality process may still be under development.

We do not believe that the statement made in paragraph 52 of the EM, “the entity’s process to select sustainability matters to be reported may be straightforward (e.g., when the reporting topics are specified by the criteria, such as under law and regulation)’ is correct. Even when the criteria are defined in law and regulation, which will be the situation with ESRS in Europe, how the entity will apply the materiality process will probably not be straightforward, will involve judgment and will be specific to the entity and its activity and organization.

We appreciate the issuance by the IAASB of the FAQs on ED-5000: The Application of Materiality by the Entity and the Assurance Practitioner. These FAQs however should be updated to align with final ISSA 5000 when it is issued and the content of the FAQs also should be embedded into the EER Guidance, when revised.”

ANEXO J - Exemplo de resposta afirmativa à terceira questão submetida pelo Consiglio Nazionale dei Dottori Commercialisti e degli Esperti Contabili

“Yes, with comments below:

We concur that the understanding of materiality for the entity in identifying topics to be reported is fundamental for practitioners providing sustainability assurance. However, it's important to recognize that the entity's materiality process represents the crucial step in determining what information is material for disclosure. Reviewing this process and associated documentation is a valuable component of the practitioner's risk assessment. By doing so, the practitioner can gain insights into the entity's engagement with its stakeholders and its broader due diligence practices, providing a deeper understanding of the entity's approach to sustainability reporting. This understanding, in turn, enhances the practitioner's ability to identify potential disclosures where material misstatements are likely to occur or to assess the risks of material misstatement at the assertion level for these disclosures. In other words, the practitioner's assessment of the entity's materiality process can help focus assurance efforts on areas that are more likely to present material misstatements. Consequently, we recommend that the practitioner should be mandated to obtain a thorough understanding of the entity's materiality assessment process during the planning stage of sustainability assurance. Some guidance on this subject matter would be very useful to practitioners.

To illustrate the difference in materiality between a firm and the practitioner, consider the following example: A company may consider its greenhouse gas emissions as immaterial for disclosure because they represent a small fraction of the overall environmental impact. However, from a broader societal perspective and in the context of climate change concerns, these emissions might be highly material to stakeholders and investors. In this case, the practitioner's materiality assessment would likely prioritize the greenhouse gas emissions as a topic for assurance due to the potential impact on the sustainability report's users, despite the entity's different perspective. This example underscores the need for practitioners to consider the broader context and stakeholder expectations when determining materiality for assurance engagements on sustainability reports.”

ANEXO K - Exemplo de resposta negativa à terceira questão submetida pela Grant Thornton International Ltd

“No, with comments below:

We do not believe ED-5000 appropriately addresses the practitioner’s consideration of the entity’s “materiality process” to identify topics and aspects of topics to be reported as a precondition for an assurance engagement, as evidenced by the as evidenced by

the IAASB's October 2023 Frequently Asked Questions Proposed ISSA 5000: The Application of Materiality by the Entity and the Assurance Practitioner (IAASB October 2023 ISSA 5000 FAQ on Materiality) released during the ISSA 5000 comment period. We identified several areas where additional requirements and guidance are needed."

We believe certain baseline information is missing from the standard. In practice, the practitioner will obtain an understanding of management's "materiality process" that was used to identify in-scope disclosures for purposes of the assurance engagement as part of the preconditions for acceptance and continuance (as noted in ED-5000, paragraph A157). We propose the IAASB:

- Add the formal definition of management's "materiality process" within ED-5000, paragraph 17 where other terms relevant to the standard are defined.*
- Revise the guidance in ED-5000, paragraph A275 to include the full response to Question 2 in the IAASB October 2023 FAQ on Materiality. Add a reference to A275 to the new definition of management's "materiality process" in ED-5000, paragraph 17.*
- Guidance is needed on the practitioner's responsibilities related to management's "materiality process" and how the work effort may differ for limited and reasonable assurance engagements.*
 - Add a requirement to ED-5000, paragraph 71 to obtain an understanding of management's "materiality process" to evaluate whether the sustainability matters within the scope of the engagement are appropriate.*
 - Add further guidance to the requirements in ED-5000, paragraphs 97 and 98, to determine whether the items in management's "materiality process" are captured in the report and evaluate the suitability of the criteria used as part of the understanding risk procedures performed during the engagement.*
- Add a requirement for the practitioner to stand back and look at other information in the report to determine whether the report includes the right information as part of the acceptance and continuance process:*
 - Revise ED-5000, paragraph 69 to include a requirement to determine if the information the practitioner will provide assurance on is appropriate and add application material describing the stand back concept.*

- *Revise ED-5000, paragraph 69 to include a requirement for the practitioner to understand management's process to identify key stakeholders and those stakeholders' needs.*

We also believe ED-5000 is missing a requirement for the practitioner to determine if the information they are requested to provide assurance on is appropriate. As currently written, the requirements can be broadly interpreted and inconsistently applied. For example, sustainability information could be unsuitable in the context of the broader information reported but consistent and capable of being measured such that the sustainability information can be subjected to procedures for obtaining sufficient appropriate audit evidence in accordance with ED-5000, paragraph 71. Alternatively, the criteria applied could be suitable in the preparation of sustainability information in accordance with ED-5000, paragraph 72, but not as it relates to the sustainability matters within the scope of the engagement. We propose the IAASB to:

- *Revise the requirements in ED-5000 so that the considerations in ED-5000, paragraph 72(a)-(d) are also applied to evaluating the suitability and appropriateness of sustainability matters.”*

ANEXO L - Exemplo de resposta negativa à terceira questão submetida pela PricewaterhouseCoopers

“No, with comments below:

Further to our comments with regard to obtaining a preliminary knowledge of the engagement, we believe that the exposure draft does not sufficiently address the practitioner's consideration of the entity's 'materiality process' in identifying topics and aspects of topics to be reported. While we support the overarching premise that the ISSA needs to be framework neutral, there may be several frameworks, including the CSRD, that will require assurance practitioners to express an assurance conclusion on the entity's process to identify the information to be included in its sustainability reporting. While it may not be possible to go as far as addressing the specific work effort and form of conclusion when such conclusions are required, the practitioner's consideration of the entity's process forms such a critical element to the acceptance, planning and performance of an assurance engagement that we believe further attention is needed on this topic within the standard.

It is unclear, where in the standard, the practitioner's more detailed understanding of the entity's materiality process, beyond the initial preliminary understanding, is

obtained. It may be implicit in the requirements in paragraphs 94-99, together with the required understanding of the components of the system of internal control, but it is not sufficiently clear. For example, while we agree with the IAASB's guidance that distinguishes between the entity's materiality process and the practitioner's determination/consideration of materiality we find it unhelpful that the primary application material referring to the entity's materiality process (paragraphs A273-274) is attached to the requirement addressing the practitioner's determination of materiality.

We suggest paragraph 97 and/or 98 could be expanded to create a more logical follow on from the preliminary understanding requirement and more directly address expectations for the level of the practitioner's further understanding of the entity's process to identify reporting topics, with appropriate supporting application material. For example, procedures to understand management's assessment of material topics may need to be as detailed as procedures performed over estimates, as this is essentially management's judgement of their material topics. This includes testing inputs, assumptions, external evidence, and considering previous reporting, stakeholder or market expectations, as well as the requirements of the applicable criteria. In our view, the practitioner's procedures to obtain an understanding of the entity's process may commonly include making inquiries about:

- How the entity has identified its reporting purpose and the related intended users of the sustainability information.*
- Whether the entity has documented its process, as well as the decisions and judgements it has made.*
- How the entity has identified reporting topics that are relevant to users' decision-making and the entity's basis for its judgements in doing so.*

Additionally, in understanding the entity's process, the practitioner may consider:

- Whether the users or groups of users identified by the entity are consistent with those that the practitioner would consider to be intended users of the assurance report.*
- The significance of the potential reporting topics in the context of their impact on the entity and its performance in achieving its strategic objectives or their impact on external parties.*

We also believe that a stronger connection could be made between the entity's 'information system and communication' component of the system of internal control

and the critical importance that plays in supporting the effective application of the entity's materiality process. Application material should also emphasise the important principle that if management's process to identify reporting topics is deficient, the practitioner cannot overcome or compensate for these deficiencies. We suggest the standard explicitly addresses the implications of such circumstances.

We would be happy to share further insight and to support the development of further guidance on understanding the entity's materiality process."